FOLHETO
Nº 171
DATA 26/11/02

STÉLIO MAROJA

PROFESSOR TITULAR DE HISTÓRIA ECONÔMICA
DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

O Estado do Pará E Suas Principais Características Geo-Econômicas

Belém — Pará
1971

O ESTADO DO PARÁ E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS GEO-ECONÔMICAS

STÉLIO MAROJA

PROFESSOR TITULAR DE HISTÓRIA ECONÔMICA
DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ao ilustre mestre e amigo dr. Artur Cesar Ferreira Reis, eminente Presidente do Conselho Nacional de Cultura, com o apreço e admiração de Stélio Maroja

Conferência pronunciada pelo Dr. Stélio Maroja perante a oficialidade da 8.ª Região Militar, em 1957, a convite do Tenente-Coronel Jarbas Passarinho, que então servia nesta Região Militar.

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

FOLHETO
Nº 171
DATA 26/11/02

O Estado do Pará representa considerável porçãc do imenso e estranho mundo amazônico, com uma superfície de 1.216.724 quilômetros quadrados, onde vive uma população que, segundo o recenseamento de 1950, elevava-se a 1.123.273 habitantes.

À exceção da faixa marítima de mangais e das áreas de campos da ilha de Marajó e dos planaltos ao norte e ao sul do Amazonas, o território paraense mostra-se quase todo coberto pela floresta equatorial típica, que se desdobra numa área aproximada de 1.037.000 quilômetros quadrados, em imensas formações de pujança e densidade impressionantes, reputadas por Deffontaines, "um dos mais extraordinários panoramas vegetais da terra".

CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS

Era de supor que, pela proximidade do equador e em conformidade com as características clássicas das áreas tropicais, o clima paraense fôsse, como repara o emérito Paul Le Cointe, "excessivamente quente, húmido e insalubre", o que tornaria a região "quase inhabitável" (O Estado do Pará — A terra, a água e o ar", pág. 81).

No entanto, bem diversa é a realidade. As observações de Henrique Morize, antigo e competente diretor do Observatório Nacional do Rio Janeiro, registraram, em Belém, a temperatura de 26, 5.° C, como média do mês mais quente, e a de 25, 1.°, do mais fresco. Le Cointe anotou em Óbidos, no mesmo sentido, as médias de 29, 04.° e 26, 02°, acrescentando que no Estado a variação termométrica raramente vai além de 34 C°. e nunca acima de 40° à sombra. A característica principal é a

quase uniformidade de temperatura e a sua reduzida oscilação média anual, geralmente inferior a 1,60°.

A humidade atmosférica também não atinge índices excessivos. W. E. Schurtz, delegado do Ministério do Comércio dos Estados Unidos, que aqui esteve em 1924, chefiando uma delegação norte-americana, em estudo das condições da produção da borracha, em seu relatório que é com justeza considerado um dos depoimentos mais exatos sôbre a região, diz que nos nove mêses em que percorreu a Amazônia, nunca sentiu a opressão que a humidade atmosférica produz sôbre os colonos das terras baixas da Maláia Inglêsa e das Índias Holandesas. Segundo o dr. Morize, a média anual hidrométrica de Belém é de 89%.

A proximidade do mar, a altitude e a vegetação são fatôres que atuam poderosamente, determinando inúmeras variedades climáticas. Adolfo Duke, referindo-se à climatologia amazônica, distingue o clima dos terrenos altos, o das margens do rio mar e o do litoral. Nas áreas próximas ao litoral a temperatura não se eleva muito e no estio as chuvas rareiam. Nas terras altas a temperatura é sensìvelmente mais agradável, observando Paul Le Cointe que nos planaltos descobertos do Ariramba, no médio Erepecurú, a 100 kms. ao norte de Óbidos, suporta-se fàcilmente o sol a pino e as noites são verdadeiramente frescas (ob. cit. pág. 83).

Inegàvelmente os ventos têm papel decisivo, na amenização do calor. Já Agassiz e sua ilustrada espôsa, no "Voyage au Bresil", apontavam a ação quase que constante de um vento que sopra uniformemente de E. para O. — e que aliás nada mais é que a grande corrente dos ventos gerais — como responsável pela salubridade do clima amazônico. Em Belém e em tôda orla atlântica ouvem-se freqüentes referências ao chamado "Marajó" que, soprando do mar, na direção N. E., torna as tardes frescas e agradáveis. A configuração planiciária da região — que de Óbidos ao mar, numa distância de 1.300 quilômetros, acusa uma inclinação de apenas 13 ms.70 — facilita a aeração,

permitindo a penetração franca das correntes aéreas benfazejas às regiões distanciadas do litoral.

As chuvas, aliás condicionadas de perto pelo movimento das correntes aéreas, constituem outro fator de abrandamento do rigor equatorial do clima paraense. Elas são realmente copiosas, variando a precipitação anual entre 2.000 e 3.500 mm. Todavia, não ocorrem com a freqüência e a torrencialidade com que desabam nas áreas equatoriais da África e da Ásia. Distribuem-se, via de regra, de modo a permitir a diferenciação de duas estações: a chuvosa e a sêca. Regiões há, no entanto, em que a persistência dos aguaceiros, durante todo o ano, torna o clima bastante uniforme, permitindo penas a distinção entre a estação muito húmida e a moderadamente húmida.

A despeito dos aspectos gerais favoráveis que realçamos, é óbvio que não acompanhamos o entusiasmo dum Maury ou dum Wallace, em suas afirmativas de que o clima amazônico é o mais notável do mundo.

Não há dúvida de que os depoimentos dêsses cientistas representaram preciosa contribuição para um conhecimento realista da Amazônia, concorrendo para desfazer as versões correntes, depreciativas das condições mesológicas da grande planície brasileira. Parece evidente, porém, que deslumbrados pela magnificência que a natureza virgem exibia, descerrando um campo inexaurível de surprêsas e novidades à paixão de investigação que os arrastara a êste mundo irrevelado, não se aperceberam êles dos obstáculos sem conta que aquêle meio, pela sua própria extensão e exuberância, opunha à ocupação humana.

Não há que hesitar em proclamar o clima amazônico e, por conseguinte, o paraense, onde o excesso de calor é corrigido pela ação dos ventos que sopram de leste, como perfeitamente adequado ao desenvolvimento biológico do homem. Um dos depoimentos mais sóbrios, a respeito das condições climáticas regionais é, como bem salienta Araújo Lima, em sua notável "Amazônia — A Terra e o Homem", o da missão americana

que nos visitou entre 1923 e 1924, cujo chefe, W. L. Schurz, em seu relatório, considera, de modo geral, o clima de tôda bacia hidrográfica muito uniforme e regular, relativamente agradável para uma região equatorial e de forma nenhuma mortífero ao colono ou viajante que procure países tropicais.

Mas embora não se adote a conclusão alarmante de Euclides da Cunha, de que a aclimatação, nas paragens amazônicas, "traduz uma evolução regressiva", em que o homem "deperece, num esvaecimento contínuo, que se lhe transmite à descendência até a extinção total", não há como desconhecer certa influência depressora do calor persistente e inalterável. Waldo Frank, nas sugestivas considerações relativas ao Brasil tropical, contidas em seu magnífico ensaio sôbre a América do Sul, assinala que o calor e os dias iguais, durante todo o ano, são uma violência para o homem, cujas oscilações físicas exigem mudanças externas correspondentes; e acrescenta que as temperaturas diferentes estimulam e revivecem os nervos, sustentando o cérebro entre uma grande laxidão e uma grande tensão.

À constância do calor somam-se outros aspectos negativos e desfavoráveis ao homem, nas áreas tropicais. E. W. Shanahan, em sua vigorosa "Geografia Econômica e Regional da América do Sul", comparando a parte meridional do continente com a do norte, salienta, com razão, que naquela o meio tropical apresentou dificuldades consideráveis à colonização: "Os bosques tropicais da América do Sul são muito difíceis de atravessar e quando se limpam, brotam de nôvo e de pronto. Produzem uma visão de movimento lento e fatalístico no povo que tem de lutar com êles. A vegetação luxuriosa não é o único obstáculo para o progresso: o clima cálido e enervante das terras baixas e as vastas extensões pantanosas das bacias dos grandes rios do continente contribuiram para tornar impossível o rápido desenvolvimento da América do Sul". E em outro ponto, refere o arguto observador que "foi um certeiro instinto que guiou os primeiros colonizadores espanhóis e portuguêses a explorar preferencialmente as zonas elevadas, mais além da faixa costeira da selva tropical".

É incontestável que essas inteligentes considerações aplicam-se perfeitamente à análise da conquista humana da Amazônia e explicam em largos traços as causas do sub-desenvolvimento crônico da região. Entretanto, mister se faz deixar bem claro que a admissão de certa hostilidade do meio físico planiciário — mais acentuada em algumas regiões do que em outras —, não deve ser interpretada como aceitação de um determinismo geográfico fatal e irremovível.

É possível que no alvorecer da colonização, a floresta equatorial se apresentasse aos primeiros desbravadores em sua máxima fôrça de grandeza e densidade, moderando-lhes o ímpeto expansionista, desbaratando-lhes os planos, subjugando-os, enfim.

Presentemente, no entanto, as perspectivas são bem outras. De um lado, adquiriu o homem o conhecimento de mil maneiras e artifícios, para se adaptar ao clima tropical, através de adequadas modificações de sua habitação, vestuário, alimentação, etc.. De outro lado, armado dos recursos que a técnica e a ciência lhe proporcionam, aumentou sua capacidade de agente modificador dos quadros geográficos naturais. E sem exagero pode-se dizer que fatos como a ocupação duradoura de vastas áreas, inclusive as situadas no recesso da mata, a superação da distância pelos modernos transportes, principalmente pelo aéreo, a destruição total ou parcial de terriveis entidades mórbidas como o beribéri e a malária cujos efeitos eram não raro confundidos com a ação do clima, o êxito das novas experiências agrícolas da juta e a da pimenta do reino, o surto vitorioso da mineração no Território do Amapá, ao qual deverá seguir-se o considerável aproveitamento dos recursos hidráulicos da cachoeira do Paredão, o primeiro projetado para o norte do Brasil, constituem, quiçá, sinais promissores de próximo e definitivo triunfo da civilização na floresta equatorial.

CARACTERÍSTICAS DO SOLO

Além do mito da insalubridade do clima, pesa sôbre as regiões tropicais um terrivel anátema: os seus solos são pobres

e tendem ao esgotamento. Batidos pelo sol equatorial e lavados pelas enxurradas abundantes, êles vivem o obscuro drama pedológico da laterização. A laterite, espécie de doença dos solos ou, por outras palavras, verdadeira "lepra da terra", como é chamada, estende por tôda parte suas formações duras e impermeáveis de hidróxido de alumínio e ferro.

O mecanismo do processo de exaustão é simples. No auge do estios a temperatura dos solos ascende a 40 graus. O calor atua como fator de esterilização, detendo a marcha da decomposição do humus. Na estação chuvosa águas torrenciais levam para os declives os mesmos elementos orgânicos, indispensáveis à fecundidade da terra.

Pierre Gourou considera o fenômeno como típico das regiões tropicais.

Situado sôbre o equador, o Pará, como de resto a Amazônia, não pode fugir às características clássicas das áreas tropicais. Não obstante a insuficiência dos estudos geológicos e pedológicos até agora realizados e que incidiram sôbre parte muito limitada do imenso anfiteatro planiciário — circunstância essa que desautoriza generalizações e conclusões apressadas — parece certo que o solo dos planaltos ou terras firmes, de formação terciária ou quaternária antiga, constitui-se de sedimentação essencialmente arenosa, carente de sais minerais, de nula ou reduzida fertilidade, que quando existente se esgota ràpidamente. Felisberto Camargo e Daniel Carvalho, em memorável conferência, disseram : "As matas de terra firme da região amazônica serviram nestes quatro séculos, desde a descoberta do rio Amazonas, para despertar apenas a fantasia dos literatos e, mesmo, de alguns cientistas. Êsse imenso manto verde que cobre a planície amazônica tem iludido os homens, filhos ou não da região, e só recentemente a verdade vem sendo esclarecida. Em regra geral, as terras firmes da Amazônia, formadas em sua maioria de sedimentos milenários, são pobres, destituídas dos elementos minerais indispensáveis para sustentar culturas intensivas". Pierre Gourou, o eminente geógrafo francês, que, percorrendo extensos trechos da planície, reuniu suas

reflexões em obra hoje reputada das mais valiosas sôbre a geografia regional, realçando que suas observações são válidas apenas para a Amazônia terciária e a quaternária, mostra o conjunto como um planalto baixo, onde os vales ocupam uma superfície relativamente reduzida, descrevendo os planaltos, de níveis diversos, como constituído antes de tudo por areias, algumas quatzosas, outras com certa proporção de argila, revelando certas camadas uma consistência de arenito, enquanto intercalações de cascalho evocam erosões violentas e transportes torrenciais (Observações Geográficas na Amazônia — separata da Revista Brasileira de Geografia n. 3, ano XI, pág. 397). Concluindo, adianta que êsses planaltos podem sofrer, durante a estação sêca, de uma certa aridez, afirmando a seguir: "Os solos dos planaltos são geralmente muito pobres em elementos químicos úteis; a camada de terra vegetal é, aí, pouco espêssa e muitas vêzes insignificante. A presença da floresta não deve iludir. Já se admite, atualmente, que uma bela floresta tropical pode se desenvolver sôbre solos muito pobres, com a condição de que ela tenha tido tempo de evolver para atingir seu climax. Uma vez constituída, a floresta vive de seus próprios recursos e pouco exige do solo que a suporta". (Ob. cit. pág. 399). Gourou constatou o processo de laterização em vários pontos que percorreu e assevera: "A presença não absoluta mas freqüente da laterita agrava a pobreza natural das terras firmes da Amazônia terciária (ob. cit. pág. 400).

Fato de suma importância e de cuja falta de percepção, no passado e no presente, já sofremos graves conseqüências, em regiões como a da Estrada de Ferro de Bragança, do Salgado e, até mesmo, na de Santarém, é o rápido esgotamento dos elementos férteis, naturalmente limitados, do solo dessas terras altas, sob a ação de trabalho agrícola mal conduzido.

Em notável tese, apresentada à Conferência Inter-Americana de Conservação dos Recursos Naturais Renováveis, realizada em Denver, Colorado, nos Estados Unidos da América, em 1948, publicada no Boletim do Museu "Emílio Goeldi", Felisberto Camargo, renomado primeiro diretor do Instituto Agronômico

do Norte, denunciou essa predisposição perigosa dos solos tropicais. Assinalando que, segundo é do conhecimento dos especialistas em solo, nas terras sedimentárias muito ricas em sílica, situadas em regiões equatoriais húmidas, a reserva mineral encontra-se mais no tecido dos vegetais do que no solo e que "destruída a floresta, destrói-se a fertilidade do solo", Camargo levou aos participantes daquele conclave de defesa dos recursos da terra, a descrição crua e realista da alarmante exaustão da região da Estrada de Ferro de Bragança, incontestàvelmente a área agrícola de maior significação do Pará: "matas seculares têm sido destruídas com as queimadas, para a produção de duas ou três safras de farinha ou de cereais e o terreno vai sendo abandonado como improdutivo e transformado em capoeiras de segunda ou terceira categoria. Os próprios leigos dizem que essas terras só são produtivas enquanto existir um resto de cinza da floresta (Boletim do Museu "Paraense Emílio Goeldi", tomo X, pág. 126).

O conceito pessimista que se vai firmando, a respeito da deficiência das terras altas da Amazônia, dá à primeira vista a impressão de que a atividade agrícola seria desaconselhável na região.

É claro, porém, que conclusão dessa ordem não encontra justificação na realidade.

Primeiramente, os planaltos e terraços de formação terciária e pleistocênica não são o único tipo de terreno cuja ocorrência se registra na Amazônia.

As várzeas, que constituem as margens baixas dos rios de formação quaternária moderna, anualmente enriquecidas por precioso *humus* fertilizante das marés, são excelentes terras para a agricultura, conforme evidenciaram modernos trabalhos do Instituto Agronômico do Norte. Advertindo de que nas várzeas se encontra o futuro agrícola da Amazônia, o professor Lúcio de Castro Soares, um dos mais destacados integrantes da nova e brilhante geração de geógrafos brasileiros, escreve: "As várzeas devem ser ocupadas e trabalhadas agrìcolamente pelo homem. O seu fértil solo aluvial, recente, é enriquecido

uma vez por ano, por novos depósitos de sedimentos, constituído por finíssimo limo, de mistura com matéria orgânica, oferecendo, assim, excelentes condições para a agricultura, notadamente a de certas plantas tropicais de clima quente e húmido, como o arroz (rizicultura inundada) e a juta indiana, para citar sòmente aquelas que nêle alcançam extraordinários rendimentos, fartamente comprovados pela experimentação", (Delimitação da Amazônia para fins de Planejamento Econômico, pág. 7).

A área de várzeas é bastante extensa, estimando-se em cêrca de 200 mil quilômetros quadrados. No Amazonas ela vai, segundo uns, até a bôca do Xingu, asseverando outros que até Óbidos. Sòmente as várzeas do Amazonas e do Guamá têm, segundo Felisberto Camargo, uma área aproximada de 124 mil quilômetros quadrados, não se computando nessa estimativa as margens dos grandes afluentes do rio mar.

O rendimento que o Instituto Agronômico do Norte vem obtendo, nas experiências de exploração racionalizada das várzeas do Guamá, é realmente impressionante : 3.500 quilos de arroz por hectare e, excepcionalmente, 5.000 quilos, enquanto que a produção média, no Estado, é de 870 quilos.

De outro lado, deve-se deixar claro que as opiniões desfavoráveis à fertilidade das terras firmes não admitem, como dissemos, generalizações precipitadas. São sem conta as áreas de terras firmes exploradas há muitos anos, sem que denotem baixa da produtividade. Em pleno coração de zonas do planalto, encontram-se terras de ótimo teor. As manchas de terras pretas dos planaltos de Belterra e de Santarém, que deixam a impressão de "terras arqueológicas", são muito gabadas como ideais para a lavoura. Gourou teve oportunidade de observar essas terras. Os técnicos da Secção do Fomento Agrícola no Estado exaltam a qualidade dos terrenos de vários municípios do Baixo Amazonas, notadamente de Alenquer. Na região de Tucuruí, a comissão da antiga Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, encarregada de estudar a localização de uma colônia agrícola no Tocantins, em 1941, assinalou a

ocorrência de "terrenos, de composição argilo-silico-humosos", "fàcilmente agricultáveis".

Ademais, é de ver que a condenação das áreas de terras firmes caracterizadamente pobres e impróprias para a agricultação, não tem foros de inapelabilidade, face à moderna técnica agrícola. Os conhecimentos relativos à defesa, conservação, correção e recuperação de solos avançaram muitos nos últimos tempos. Felisberto Camargo, depois de verberar a sistemática destruição dos recursos naturais da região bragantina, preconizou a correção do êrro secular através de uma nova política agrária, que teria como ponto principal a reserva das terras para culturas arbóreas, de caráter florestal (seringueira, essências florestais, oleaginosas, etc.), porque a conservação da fertilidade dêsses terrenos exige sombra, ao passo que a cultura de plantas herbáceas, como o arroz, o feijão, a juta, etc., seria feita nas várzeas (ob. cit. pág. 129).

A recuperação da região da Estrada de Ferro de Bragança, diga-se de passagem, constitui problema geo-econômico e sócio-político da mais alta importância, cuja feliz solução seria de extraordinário alcance, pois ao mesmo tempo que daria ao homem a consciência de sua capacidade de sobrepujar a natureza adversa, proporcionando-lhe a remoção definitiva, de seu caminho, do fantasma da pobreza do solo, que até certo ponto equivale a desanimadora antecipação do fracasso do esfôrço produtivo quotidiano das populações, teria imediata repercussão no conjunto da economia do Estado, pois afetaria a área de maior concentração demográfica, cujos habitantes são, em maioria, lavradores.

Com efeito, as terras situadas dum e doutro lado do eixo ferroviário Belém-Bragança e nas regiões adjacentes, do Salgado, do Guamá e do Gurupí, reúnem os maiores contingentes humanos da Amazônia (587.973 habitantes, segundo o censo de 1950), acusando na faixa central, que é a área bragantina pròpriamente dita, uma população relativa de 36 habitantes por quilômetro quadrado. Suas condições favoráveis a um rápido desenvolvimento econômico — a despeito da degradação de seu

solo e dos métodos agrícolas primitivos —, são notórias; possui além da ferrovia um sistema rodoviário de mais de 1.000 kms. e uma boa rêde fluvial; o nível sanitário é regular, havendo desaparecido os perigosos focos palúdicos de Santa Isabel, Anhanga e Bragança, assinalados há 35 anos atrás pelas equipes médicas que, sob a direção esclarecida e dinamizadora de Heráclides de Souza Araujo, iniciaram no Estado os trabalhos de saneamento e profilaxia rural; as reservas calcáreas de Capanema possibilitam a calagem das terras bastante ácidas de tôda área; os depósitos de bauxita e fósforo, existentes nas margens do Gurupí e na ilha de Trauira, no extremo sul da região, limítrofe com o Maranhão, são reputados excelentes fertilizantes, suscetíveis de emprêgo na restauração dos solos empobrecidos.

Se bem que não ignoremos a evidente inexperiência brasileira para a concepção e execução de planos de valorização regional de certa envergadura, face às condições propícias que sumàriamente arrolamos, não trepidamos em confessar nossa confiança no êxito de um programa de recuperação que, aliando poderosa concentração de recursos à mais perfeita coordenação da ação dos serviços federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada, promovesse a execução de empreendimentos fundamentais da organização econômica e social da região, a saber: 1.°) a organização da pequena e da média propriedades agrárias, que presentemente se apresentam, em grande parte, em situação confusa e irregular, mediante a intensificação do loteamento agrícola, de acôrdo com a legislação estadual vigente, e a demarcação e legitimação de antigas posses; 2.°) a substituição dos pequenos serviços elétricos locais, de reduzido potencial e destinados quase só ao uso doméstico e à precária iluminação pública das sedes dos municípios e das principais vilas, por um sistema centralizado, de âmbito regional, à base do aproveitamento das prováveis reservas hidráulicas da região (rios Apeú, Guamá ou Gurupí e igarapé Nova Colônia), capaz de fomentar o desenvolvimento de pequenas indústrias até agora frustradas pela falta de energia, e de abrir no Estado o cíclo da eletrificação rural, colocando ao alcance das próprias

emprêsas agrícolas a eletricidade, para fins de confôrto e de melhoria das técnicas de produção; 3.°) o melhoramento dos transportes, através do reaparelhamento da ferrovia bragantina, do aceleramento do programa de pavimentação das rodovias, da execução da ligação Pará-Maranhão, pelo traçado da BR-22 (que abriria a Amazônia para as correntes migratórias do Nordeste) e da limpeza do sistema fluvial; 4.°) o gradual e sistemático reflorestamento dos terrenos exauridos pela agricultura de "roça", mediante intensa campanha pelo plantío de vegetais permanentes; 5.°) a facilitação do emprêgo da tração animal nas tarefas agrícolas e a ulterior e gradativa evolução para a lavoura mecanizada, por meio da instalação de postos ou estações de máquinas agrícolas nos principais centros de produção (Castanhal, Capanema, Bragança, Curuçá, Ourém, Bujarú); 6.°) o desenvolvimento do crédito rural, pela concentração na região, através de agências do Banco de Crédito da Amazônia S. A., de maiores quotas do "Fundo de Fomento à Produção", bem como da assistência creditícia do futuro Banco Rural e Hipotecário do Estado S. A. e das caixas rurais, a serem instaladas pela Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia; 7.°) a execução de intenso trabalho de educação e orientação rural, através de variados processos de ensinamento, de emulação e de divulgação (escolas rurais típicas, ruralização do ensino primário básico, missões e centros sociais rurais, semanas ruralistas, exposições, boletins, etc.), que objetivem a melhoria das condições de vida material, social e cultural das populações, a propagação de novas técnicas de trabalho ou de defesa de recursos naturais — (adubação verde, rotação de culturas com a criação de gado, calagem, reflorestamento, etc.).

Parte das providências que ora apontamos vêm constando dos orçamentos anuais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, mas a experiência indica que não se pode esperar delas, isoladamente, o resultado que seria lícito aguardar do conjunto.

Insucessos iniciais não devem ser motivo de desânimo. A evolução da região bragantina, e de outras semelhantes, para

um sistema de culturas permanentes, é perfeitamente exeqüível. O trabalho de notável realismo que é o relatório da comissão constituída por técnicos do Fomento Agrícola Federal e pelo representante da FAO, W. J. Timmer, divulgado em 1953, sob o título de "Programa preliminar de trabalho para a melhoria do bem estar rural dos Estados do Pará e Amazonas", analisando os aspectos de atraso e primitivismo da lavoura da grande planície, inclusive da praticada na região bragantina, não só admite aquela evolução, como assinala haver encontrado em Tracuateua, próximo de Bragança, uma rotação de culturas e criação de gado, dignas de serem imitadas : cada ano, alternadamente, as mesmas terras são usadas para a plantação de tabaco (com milho ou sem êle), e como curral de gado.

Verdadeiro e adequado à situação do Pará, como fonte de perenes esperanças, é o conceito final do citado relatório, de que sempre o bem estar de qualquer região depende mais das aspirações, tentativas e habilidades de seus habitantes, do que da fertilidade do solo e da abundância de recursos.

COMPOSTO E IMPRESSO
— NA —
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM